



Revista Brasileira de História de
Educação

E-ISSN: 2238-0094

rbhe.sbhe@gmail.com

Sociedade Brasileira de História da
Educação
Brasil

Mendes de Faria Filho, Luciano
Bernardo Guimarães, pensador social
Revista Brasileira de História de Educação, vol. 8, núm. 1, enero-abril, 2008, pp. 87-124
Sociedade Brasileira de História da Educação
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=576161072008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Bernardo Guimarães, pensador social

Luciano Mendes de Faria Filho*

Resumo:

A obra literária de Bernardo Guimarães sintetiza menos um projeto ordenado de quem as produziu e muito mais um conjunto muitas vezes desorganizado e desconexo de temas, de projetos e de visões de mundo que habitavam o ambiente intelectual, político e cultural vivido pelo autor. Neste texto vou empreender um esforço no sentido de elucidar as formas como Bernardo Guimarães põe seus narradores e personagens entretecendo o cotidiano e refletindo sobre as grandes e pequenas preocupações políticas e sociais que o cercam, tais como a violência, as relações familiares, escravidão, a problemática indígena e da civilidade e as relações entre a cidade e o campo.

Palavras-chave:

literatura; século XIX; civilidade; família; escravidão.

* Professor associado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), doutor em história da educação, pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação (GEPHE-UFMG) e vice-presidente da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) (2003-2007).

Bernardo Guimarães, social thinker

Luciano Mendes de Faria Filho

Abstract:

Bernardo Guimarães, literary work synthesizes more a disorganized and incoherent complex of themes, projects and visions of world that were part of the intellectual, political and cultural environments experienced by the author than an organized project. In this study, I will devote an effort aiming at elucidating how Bernardo Guimarães presents his narrators and characters establishing their routines and reflecting about major and minor political and social concerns that surrounded him, such as violence, family relationships, slavery, indigenous and civility problematics and the relationships between the urban area and rural area.

Keywords:

literature; XIX century; civility; family; slavery.

O meu trabalho historiográfico com a produção literária de Bernardo Guimarães pretendeu entender como o autor produziu em seus textos traços importantes da história brasileira do século XIX, tais como a educação, a escravidão, a idéia de civilização e de progresso, entre outras. A obra literária de Bernardo Guimarães sintetiza menos um projeto ordenado de quem as produziu e muito mais um conjunto muitas vezes desorganizado e desconexo de temas, de projetos e de visões de mundo que habitavam o ambiente intelectual, político e cultural vivido pelo autor. Tais dramas e projetos, produzidos na e pela literatura, não significam, no entanto, um simples reflexo daquilo que era experienciado socialmente pelo escritor e pelos seus contemporâneos, mas mostram-se na *forma* de uma das autênticas maneiras possíveis de se produzir o Brasil no momento em que o dava a ler: *a arte literária*.

Assim, sem querer simplesmente derivar a produção literária do contexto social, neste texto vou empreender um esforço no sentido de elucidar as formas como Bernardo Guimarães põe seus narradores e personagens entretendo o cotidiano e refletindo sobre as grandes e pequenas preocupações políticas e sociais que o cercam. A produção de Bernardo Guimarães é povoada de problemas, cenas e questões sociais de sua época. Lá estão a violência, as relações familiares, a escravidão, a problemática indígena e da civilidade e as relações entre a cidade e o campo... Enfim, lá está presente a história de seu tempo. É de algumas dessas questões que trato a seguir.

Nas cidades e no sertão, a violência e a injustiça

Uma das questões mais candentes na produção literária de Bernardo Guimarães refere-se à *violência* e a (*in*)*justiça* que campeavam pelas cidades e pelos campos brasileiros do Oitocentos¹. Noutros trabalhos (Faria Filho, 1998, 1999) chamo a atenção para o fato de o século XIX viver uma verdadeira obsessão legislativa, baseada na crença de que a lei

1. A esse respeito ver, por exemplo, o clássico de Maria S. de Carvalho Franco (1983), *Homens livres na ordem escravocrata*.

ordenaria o mundo social e colocaria o Brasil, nação independente, em condições de ombrear com suas irmãs do mundo ocidental no caminho para o progresso. Fator de ordem e garantidora do progresso, a lei seria também um dos principais signos de um povo civilizado. Tal obsessão invade toda vida social, refletindo-se, por exemplo, na importância dos bacharéis na cena política e numa enxurrada de leis sobre educação.

Bacharel e juiz, como já se disse, seus personagens estão constantemente lembrando a violência dos ricos para com os pobres, a importância do cumprimento da lei e a impossibilidade de fazer isso no Brasil. No romance *Maurício* o personagem principal vai, em certo momento, queixar-se dos “abusos, agravos e violências” que seus patrícios sofriam, e o faz da seguinte forma:

[...] Não vejo de que se possam queixar senão de seu próprio gênio turbulento e rebelde a todo jugo e disciplina legal. Querem viver a lei da natureza como dantes; isso não pode ser, porque não somos selvagens e nem viemos aqui para tolerar a continuação de semelhante estado. Quer queiram, quer não, hão de submeter-se ao rigor de nossas leis.

Engana-se vossa mercê, – replicou Maurício com dignidade, – estamos prontos a nos submeter ao império das leis; mas para nós paulistas não há lei, há só capricho e arbítrio para nos oprimir e vexar ao último ponto [Guimarães, 1959, p. 305].

No livro *A escrava Isaura*, escrito em 1875, mas cuja história supostamente se passaria “nos primeiros anos do reinado do senhor dom Pedro II”, o pai da heroína, sabedor da situação em que vivia a filha, recorre a várias pessoas e autoridades na tentativa de ajudá-la. No entanto, tal esforço se mostra vão e é lembrado da seguinte forma pelo narrador:

Bem se lembrara o infeliz pai de dar denúncia do fato à autoridades, implorando a proteção das leis em favor de sua filha, para que não fosse vítima das violências e sevícias de seu dissoluto e brutal senhor. Mas todos a quem consultava, respondiam-lhe a uma voz: Não se meta em tal; é tempo perdido. As autoridades nada têm a ver com o que se passa no interior da casa dos ricos. Não caia nessa; muito feliz será, se somente tiver que pagar as custas,

e não lhe arruarem em cima algum processo, com que tenha de ir dar com os costados na cadeia. Onde se viu o pobre ter razão contra o rico, o fraco contra o forte? [Guimarães, s.d., p. 99].

Noutra ocasião, no mesmo romance, a questão reaparece, sendo-lhe acrescentada uma nova dimensão: a relação tensa entre o *governo da casa* e o *governo do estado*, nas palavras de Ilmar H. Mattos (1994, p. 252-253). Trata-se da reação de Álvaro à idéia de que Leôncio, apesar de tudo, tem direito sobre Isaura. Em conversa com Geraldo, advogado, Álvaro afirma:

– Infame e cruel direito é esse, meu caro Geraldo. É já um escárnio dar-se o nome de direito a uma instituição bárbara, contra a qual protestam altamente a civilização, a moral e a religião. Porém, tolerar a sociedade que um senhor tirano e brutal, levado por motivos infames e vergonhosos, tenha o direito de torturar uma frágil e inocente criatura, só porque teve a desdita de nascer escrava, é o requinte da celeradez e da abominação.

– Não é tanto assim, meu caro Álvaro; esses excessos e abusos devem ser coibidos; mas como poderá a justiça ou o poder público devassar o interior do lar doméstico, e ingerir-se no governo da casa do cidadão? Que abomináveis e hediondos mistérios, a que a escravidão dá lugar, não se passam por esses engenhos e fazendas, sem que, já não digo a justiça, mas nem mesmo os vizinhos, deles tenham conhecimento?... Enquanto houver escravidão, hão de se dar desses exemplos. Uma instituição má produz uma infinidade de abusos, que só poderão ser extintos cortando-se o mal pela raiz.

– É desgraçadamente assim; mas se a sociedade abandona desumanamente essas vítimas ao furor de seus algozes², ainda há no mundo almas generosas que se incumbem de protegê-las ou vingá-las [Guimarães, s.d., p. 135].

2. A afirmação de que os escravos são vítimas de seus algozes brancos pode ser lida como um contraponto ao livro de Joaquim Manoel de Macedo, *As vítimas algozes*, escrito em 1869. Nesse livro, pretendendo defender a abolição, expunha-se a tese de que, na verdade, os brancos eram as vítimas e os escravos os seus algozes, e, por isso, os senhores deveriam libertar seus escravos para verem-se livres de uma ameaça.

Da crítica à lei que protege a instituição da escravidão, mesmo que esta seja condenada pela civilização, pela moral e pela religião, passa-se a um questionamento geral do arcabouço jurídico do império, agora acusado de fazer justamente o contrário daquilo que promete: a garantia da justiça.

Miserável e estúpida papelada que são essas vossas leis. Para ilaquear a boa fé, proteger a fraude, iludir a ignorância, defraudar o pobre e favorecer a usura e rapacidade nos ricos, são elas fecundas em recursos e estratégias de toda a espécie. Mas quando se tem em vista um fim humanitário, quando se trata de proteger a inocência desvalida contra a prepotência, de amparar o infortúnio contra uma injusta perseguição, então ou são mudas ou são cruéis [idem, p. 136].

Também Elias, de *O garimpeiro*, “estava [...] persuadido que nos sertões as leis e a justiça são impotentes contra quem quer que tenha na carteira algumas centenas de contos de réis” (Guimarães, 1955, p. 271), demonstrando uma vez mais não apenas a presença das tensões sociais da obra literária, mas sobretudo uma clara consciência sobre as bases sociais da injustiça e da opressão.

O sertão é outro país

Outro elemento desse projeto é, sem dúvida, a representação que se constrói sobre a cidade, o mundo urbano e as relações, quase sempre belicosas, desta com o sertão. A cidade vai aparecer na obra de Bernardo Guimarães como uma criação ambígua da industriiosidade humana, pois índice de civilidade e de violência. Assim, no poema *O ermo*, publicado inicialmente em 1852, depois de falar das belezas da natureza, o poeta exclama:

Onde se cuida de ouvir, entre os suspiros
 Da folha que estremece, os ais carpidos
 Dos manes do Indiano, que ainda chora
 O doce Éden que os brancos lhes roubaram!..

Que é feito pois dessas guerreiras tribos
 Que outrora estes desertos animavam?
 Que foi deste povo inquieto e rude
 De brônzea cor, de tôrva catadura,
 Com seus cantos selváticos de guerra
 Restrugindo no fundo dos desertos
 A cujos sons medonhos a pantera
 Em seu covil de susto estremecia?
 Oh! Floresta – que é feito de teus filhos?
 [Guimarães, 1959, p. 34-35].

Mas, depois de lamentar a destruição, a criação da cidade aparece como *decreto irrevogável da providência* e como justificativa da ação devastadora do homem, mas aparece sobretudo como espaço da política, da civilidade, pois é nele que *murmurará a voz de um povo*.

Mas não te queixes, musa; – são decretos
 Da eterna providência irrevogáveis!
 Deixa passar destruição e morte
 Nessas risonhas e fecundas plagas,
 Como charrua, que revolve a terra,
 Onde germinam do porvir os frutos.
 O homem fraco ainda, e que hoje a custo,
 Da criação a obra mutilando,
 Sem nada produzir destruí apenas,
 Amanhã criará; sua mão potente,
 Que doma e sobrepuja a natureza,
 Há de imprimir um dia forma nova
 Na face deste solo imenso e belo:
 Tempo virá em que nessa valada
 Onde flutua a coma da floresta,
 Linda cidade surja, branquejando
 Como um bando de garças na planície;
 E em lugar desse brando rumorejo
 Aí murmurará a voz de um povo
 [idem, p. 39].

Mas, se a cidade representa o progresso material e o gênio criador humano, o sertão não é apenas lugar de obscurantismo e das mazelas do Império. N’*O garimpeiro*, escrito em 1872, ao descrever a região de Patrocínio, Araxá e Uberaba, onde se passa o romance, o narrador diz:

Tudo é belo e grandioso, risonho e enlevador, por aquelas imensas solidões. [...]

Posto que ali ainda não tenham penetrado os benefícios do progresso material, todavia a condição moral e intelectual da população é sempre excelente. Os habitantes dessas regiões são notáveis pela amenidade dos costumes e amabilidade do trato.

Nessa paragens, os homens são robustos, ativos e inteligentes, as moças são bem feitas, meigas e formosas [Guimarães, 1955, p. 187].

Mas, é também nesse mesmo romance que aparecem de forma muito contundente as tensões entre a cultura da cidade, representada pela corte, e do sertão. Em conversa na casa do Major, pai da heroína Lúcia, um certo “tipo acabado de peralvilho da corte”, conforme descrito pelo narrador, desdenhava das cavalhadas, um costume local.

– Na corte ninguém iria ver cavalhadas senão para rir-se. É um divertimento do tempo de El-Rei nosso senhor. Que papel ridículo não fazem esses papalvos que ali vão galopar enfeitados de chapéus armados, banda, fitas e ouropéis como figuras de entremez!... E a embaixada, Santo Deus! Há nada mais estúpido! Admira que ainda haja homens sérios, que assim se atrevam a prestar-se ao debique em público sobre um cavalo dançador, repetindo de boca cheia uma asneira que ninguém entende! É espetáculo próprio para bobos ou crianças.

– Ora deixe-se disso, senhor Azevedo – replicou o Major – o senhor é bem difícil de contentar. O nosso povo gosta de cavalhadas, é doido por elas. Não podemos ter circos nem teatros, como grandes cidades; que remédio, nos servimos com a louça de casa! [idem, p. 198].

Como, apesar das defesas do Major, o rapaz continuava mais e mais ridicularizando os costumes e os habitantes locais, Elias, o herói, que até então se tinha mantido calado, entra na conversa dizendo:

[...] O senhor bem sabe que as cavalhadas não são mais do que uma imagem, um simulacro das antigas justas de torneios. Mas esses divertimentos bárbaros, que se derramava sangue, e que muitas vezes custavam vidas aos justadores, não podem compadecer-se com as luzes e costumes da civilização atual, e admira que, mesmo nos sanguinários tempos da média idade, fossem tolerados entre povos cristãos. A cavalhada, porém, ficou como uma imitação daquelas lutas cavalleirescas, que, não custando o sangue nem a vida a ninguém, oferece um brilhante e nobre espetáculo aos olhos do povo. A equitação é uma arte útil, necessária mesmo; ninguém a pode contestar. A cavalhada produz o estímulo e emulação entre os moços para se exercerem nesta vantajosa e nobre arte, dando-lhes ocasião de alardear o seu garbo e destreza em dirigir um possante e fogoso ginete aos olhos do público, e às vezes também de uma amante querida, que o fundo do seu palanque o anima com um olhar, ou com um sorriso [idem, p. 199-200].

E continua falando sobre a importância da equitação, da cavalaria, da importância do incentivo à criação de cavalos de raça no Brasil e termina perguntando:

[...] O senhor acha ridícula a cavalhada; mas, pergunto eu, qual será mais ridículo, uma cavalhada ou um baile? Quem se presta mais ao debique público: aquele que dirige e sopeia uma generoso corcel no meio da liça, sopesando uma lança ou brandindo uma espada, ou aquele que ao lado de uma dama arrasta os pés em um salão, fazendo mesuras, trejeitos e requebros? Qual será a prenda mais útil e mais nobre, a dança ou a equitação? Qual será mais proveitoso ao país, um bom dançarino ou um bom cavaleiro? [idem, p. 201].

Podemos lembrar também que, no romance *Maurício*, a falta de ocasiões para seu entretenimento, como *teatros*, *saraus* e *courses*, como existiam em São Paulo, é justificativa dada pelo filho do capitão-mor para a necessidade de seduzir a filha do ferreiro, pois, dizia ele, “com quem a gente há de se divertir senão com as raparigas do povo?” (Guimarães, 1941, p. 246)³.

3. A relação ambígua que os personagens de Bernardo Guimarães mantêm com a civilização está também presente nas páginas d’*A Actualidade*. Em texto publica-

O amor romântico, a família e o casamento: a difícil vida dos jovens enamorados

O terceiro elemento para o qual queremos chamar a atenção está relacionado ao casamento e à família. Como sabemos a instituição do casamento monogâmico e a constituição da família nuclear estável são elementos fundamentais do projeto civilizatório oitocentista. Em todos os romances de Bernardo Guimarães há uma clara defesa, do narrador e de diversos personagens, de que o amor romântico é que deve ser o balizador fundamental das uniões matrimoniais. No entanto, a defesa de tal propósito aparece, também, na crítica à forma como a questão era conduzida pelas famílias, as quais não atentavam para a importância dos afetos e para os projetos de futuro dos filhos.

Assim, n'*A escrava Isaura*, o narrador, ao falar sobre o casamento e a noiva de Leôncio, afirmava que “Malvina, a formosa filha de um riquíssimo negociante da corte, amigo do comendador, já estava destinada a Leôncio por comum acordo e aquiescência dos pais de ambos” (Guimarães, s.d., p. 15). Como conseqüência, ao referir-se à paixão de Leôncio por Isaura, ressaltava-se que:

Posto que lhe coubesse em sorte uma linda e excelente mulher, ele não se havia casado por amor, sentimento esse, a que seu coração até ali parecia absolutamente estranho. Casara-se por especulação, e como sua mulher era moça e bonita, sentira apenas por ela paixão, que se ceva no gozo dos prazeres sensuais, e com ele se extingue [Guimarães, s.d., p. 21].

do em 17 de outubro de 1860 cujo título é “A oligarquia e a província de Minas” critica-se a forma como a elite política do Império, situada na corte, se relaciona com Minas Gerais e afirma-se: “Os habitantes do país nada têm de comum com os freqüentadores do Cassino e do Club Fluminense. É uma raça criada no meio dessa natureza selvagem, dura e forte como os rochedos de suas montanhas, altiva como as árvores seculares de suas florestas, rude como todos os povos ainda não visitados pelo luxo e corrupção da civilização”. Observe-se também que aparece aqui, como em outros momentos da produção literária de Bernardo Guimarães, a utilização da expressão *país* para designar Minas Gerais.

No romance *A filha do fazendeiro*, ao comentar que Paulina, a heroína, fora prometida a Roberto, seu primo, faz-se uma crítica a tal prática:

Havia mesmo já como um ajuste tácito entre os pais para o casamento dos dois primos, e já desde a infância os entretinham em ar de brinco com essa idéia, – mau costume que há nas nossas famílias, e que às vezes produz funestos resultados [Guimarães, 1976, p. 32].

Em *O garimpeiro*, ao notar a afeição entre Lúcia e Elias, pensa o Major que “[...] casar sua filha com um pobretão, que além da roupa do corpo só possuía um cavalo, um cão e uma espingarda, um estranho, sem nome, sem fortuna, sem posição era coisa cuja possibilidade nem por sobre passava-lhe pelo espírito” (Guimarães, 1955, p. 215), Depois, por duas vezes, fez Lúcia prometer casamento como quem trata um negócio (aliás, como quem faz negócio mesmo, pois os casamentos lhe tirariam da miséria em que se encontrava).

No entanto, nos romances de Bernardo Guimarães, a prática de tratar casamento para os filhos sem levar em conta elementos outros que os projetos familiares, não era apenas dos brancos. N’*O ermitão de Muquem*, referindo à heroína afirma-se:

Guaraciaba, que desde a primeira vista sentira pelo jovem estrangeiro uma súbita e viva afeição, ingênua e singela como todas as filhas da floresta, abandonava-se sem escrúpulos a esse sentimento de que apenas tinha consciência e nem procurava dissimulá-lo. Sua união com Inimá, a quem ela não votava nem ódio nem afeição, era apenas um projeto de família, de que se ouvia falar desde o berço, e do qual, na infantil singeleza de sua alma, não compreendia ainda nem a importância nem o alcance... [Guimarães, 1955, p. 89].

Em vez desses desastrosos casamentos, arranjados por interesse, nos diversos romances e novelas de Bernardo Guimarães, bem ao estilo romântico, exaltar-se-á o casamento baseado nos sentimentos amorosos que unem os casais e, nessa perspectiva, vai-se criando uma atmosfera na qual os pais têm de respeitar o livre-arbítrio dos filhos no momento

de definir os seus legítimos projetos de futuro, seja conjugal, profissional ou outros.

De formas diferenciadas isso vai sendo explicitado, tanto para e pelos homens quanto para e pelas mulheres. N' *A voz do Pagé*, quando a menina Elvira conta para sua dama de honra que está apaixonada pelo índio Henrique, é recriminada e lembrada que o seu pai já lhe arrumara um marido e que este era esperado a qualquer momento, ao que ela responde: “Ah! Que terrível lembrança me vens despertar! Praza o céu nunca meus olhos vejam esse esposo, que não conheço e que já detesto. Maria, não me fales mais nisso; deixa-me esquece-lo; só a idéia desse casamento me assassina” (Guimarães, 1914, p. 81).

No entanto, cabe ressaltar que, no conjunto dos textos lidos, não são as mulheres brancas e livres aquelas que melhor explicitam e levam avante seus sonhos de um casamento por amor, e sim a escrava Isaura, a índia Guaraciaba e a mestiça Jupira.

Já as coplas que Isaura cantava, nas primeiras páginas do livro, anunciavam o seu lamento amoroso mais do que sua condição de escrava:

Desd' o berço respirando
Os ares da escravidão,
Como semente lançada
Em terra da maldição.
A vida passo chorando
Minha triste condição.

Os meus braços estão presos,
A ninguém posso abraçar,
Nem meus lábios, nem meus olhos
Não podem de amor falar;
Deu-me Deus um coração
Somente para penar... [Guimarães, s.d., p. 7].

Em uma das investidas de Leôncio sobre Isaura, evidenciando a diferença pretendida entre a posse do corpo e o controle dos afetos, tem-se o seguinte diálogo:

[...] Lembra-te, escrava ingrata e rebelde, que em corpo e alma me pertence, a mim só e a mais ninguém. És propriedade minha; um vaso que tenho entre as minhas mãos, e que posso usar dele ou despedaçá-lo a meu sabor.

– Pode despedaçá-lo, meu senhor; bem o sei; mas, por piedade, não queira usar dele para fins impuros e vergonhosos. A escrava também tem coração e não é dado ao senhor querer governar os seus afetos [idem, p. 73].

N’*O ermitão de Muquém*, depois de ter sua honra questionada por Inimá, seu pretendente chavante, e ao descobrir-se apaixonada por Itajiba, Guaraciaba estabelece o seguinte diálogo com seu pai.

– Perdoa-me, meu pai, se vou de encontro às tuas vistas a meu respeito; mas devo hoje declarar-te com franqueza; eu não devo jamais ser esposa de Inimá.

– Que dizes filha? Pois queres que eu falte a minhas sagradas promessas?

– Mas, meu pai, se esse que destinas para meu companheiro e que deve substituir-te no comando da tribo, tornar-se, por suas ações, indigno dessa honra, se procede como um vil e vai deslustrar teu nome e tua geração, desde esse momento estás desligado de tuas promessas. Desde o berço ouço falar que sou destinada a Inimá, mas posto que não lhe tivesse repugnância, contudo nunca ao seu nome palpitou-me o coração, nem suspirou por essa união. Hoje, porém, tudo mudou; sua presença me importuna, seu amor me atormenta, e essa união, com que me acenam, tornou-se para mim uma ameaça de morte. Se é a sucessão do governo da tribo que ele ambiciona, dê-lha meu pai, dê-lha sem mim, que de bom grado a ela renuncio, e nem aspiro a outra felicidade senão a que é dada pelo amor [Guimarães, 1955, p. 110].

Também Jupira teve seu casamento tratado com Baguari, guerreiro da tribo Guaianares, por sua mãe Jurema. No entanto, ela, depois de matar seu insistente pretendente, foge para a casa do pai, homem branco que vivia na cidade, como já se disse. Lá, diante da vontade de seu pai em arranjar-lhe um casamento com o jovem Quirino, ela diz:

Meu pai, – disse-lhe ela afinal com um sorriso, que fez arrepiarem-se as carnes de José Luís, – ninguém será capaz de dar-me um marido contra a minha

vontade; eu já sei como a gente se livra deles, quando nos querem levar à força! [Guimarães, 1976, p. 165].

Mas o casamento por amor podia, também, adquirir ares de um ato político contra a ordem vigente. Em *A escrava Isaura*, diante da inconveniência, apontada por seu amigo Geraldo, de casar-se com uma escrava, Álvaro diz:

A escravidão em si mesma já é uma indignidade, uma úlcera hedionda na face da nação, que a tolera e protege. Por minha parte, nenhum motivo exergo para levar a esse ponto o respeito por um preconceito absurdo, resultante de um abuso, que nos desonra aos olhos do mundo civilizado. Seja eu embora o primeiro a dar esse nobre exemplo, que talvez seja imitado. Sirva ele ao menos de um protesto enérgico e solene contra uma bárbara e vergonhosa instituição [Guimarães, s.d., p. 137].

Ainda a respeito da família, o olhar arguto de Bernardo Guimarães dirige-se à própria estruturação da família brasileira daquele momento: a convivência, num mesmo núcleo doméstico, de uma família alargada, ou seja, da família consangüínea e os agregados. Essa situação é estruturante dos enredos dos romances de Bernardo Guimarães e, ao mesmo tempo, prenúncio de grandes e não raros dramas e tragédias, pois em quase todos eles é a convivência entre dois jovens desde criança que permite o aparecimento dos afetos amorosos entre eles.

Na peça *A voz do Pagé*, logo no início duas personagens femininas travam o seguinte diálogo:

Elvira – (com resolução) Sim Maria; já que uma vez fugiu-me dos lábios essa palavra fatal, dir-ta-ei mil vezes: eu amo Henrique, esse nobre e valente índio, que me salvou a vida, esse índio civilizado como nós, e capaz de fazer inveja aos mais ilustres e valentes cavalheiros portugueses.

Maria – Oh! Senhora, será tudo o que quizerdes, mas nunca deixará de ser um selvagem, um escravo!

Elvira – Porque a sorte, ou antes a injustiça dos homens assim o quis; mas entre os seus seria um príncipe. Ah! Bem sei quanto este amor é infeliz! Bem

sei que será por ti provado, estigmatizado pelo mundo, e até amaldiçoado pelo meu pai. Mas que hei-de eu fazer? Não me é possível resistir-lhe. Eu sempre amei Henrique, que foi o companheiro de minha infância, que o céu parece posto no desolado caminho de minha vida para substituir-me a falta de um irmão que a natureza negou-me; eu o amo, e quase que o venero, como um gênio protetor de minha infância, como um anjo tutelar. Esse sentimento que por ele nutro, consagrado pelo tempo e pelo hábito, criou raízes profundas e impera despoticamente em meu coração... [Guimarães, 1914, p. 80-81].

A mesma situação se repetirá com Eugênio e Margarida (*O seminarista*): a mãe da menina vive como agregada dos pais do menino; com Adelaide e Conrado (*Rosaura, a enjeitada*): o menino é criado pelo pai da menina; e mesmo com Isaura e Leôncio (*A escrava Isaura*): esta última, apesar de escrava, é criada como uma “filha” pela mãe do menino. Não é diferente a relação entre Maurício e Leonor (*Maurício*), já que:

Em sua infância, que correu com aquele resguardo dos antigos tempos no interior do lar, na escola ou no templo, ela só conheceu, além de seus irmãos, um único companheiro, um órfão desvalido, que seu pai havia recolhido por compaixão, tendo o pai dele morrido em uma expedição em serviço do mesmo Diogo Mendes, e deixado na miséria a mãe, que não sobreviveu muito tempo. [Guimarães, 1941, p. 37-38].

Não por acaso, como era muito comum nos romances de Bernardo Guimarães, em *Maurício* o narrador esclarece e vaticina: “É quase escusado dizer, que Maurício e Leonor se amavam desde a infância, e sabe-se que os amores, que têm raízes no berço, só podem extinguir-se no túmulo” (idem, p. 42).

A integração indígena, a escravidão e a questão da civilidade

Conforme já tivemos ocasião de ressaltar, não ficou de fora das preocupações do autor a questão da população indígena e negra. Em

geral, nas obras em que aparecem, os povos indígenas são portadores de uma ambigüidade: são puros e são selvagens. Tais características são constantemente descritas, como na história de Jupira:

Por aqueles sertões vagavam por esse tempo alguns restos de tribos selvagens vindas de Goiás e Mato Grosso, já algum tanto familiarizadas com a sociedade dos brancos, mas conservando ainda os hábitos selváticos e a independência da vida errante. Os padres fizeram reiterados esforços para chamá-los ao grêmio do cristianismo e da vida social, doutriná-los, e utilizar seus serviços.

Os missionários de S. Vicente, porém, parece que não são dotados daquele tino e habilidade, de que dispunham os discípulos de Inácio de Loiola para catequizar os indígenas. Por vezes conseguiam reunir na fazenda alguns bandos; mas nunca alcançaram que se sujeitassem por muito tempo a um trabalho contínuo e regular [Guimarães, 1976, p. 144].

No esforço por trazê-los à civilização, os padres submetiam-nos à catequese, ao batizado e ao casamento, ocasiões em que a mudança dos nomes – n’*O ermitão de Muquém* Jurema vira Ana e Jupira vira Maria – simboliza a passagem para o mundo da civilização, não se esquecendo, nunca, é claro, do *trabalho contínuo e regular*⁴. Mas era apenas aparente a docilidade dos índios às investidas dos civilizadores:

-
4. É bem verdade que a obra de Bernardo Guimarães traz visões diferenciadas de trabalho, alguma vezes carregadas de fina ironia e forte crítica social. Veja, a seguir, a narrativa sobre um dia de casamento no interior brasileiro que encontramos n’*A filha do fazendeiro*: “Era uma bonita e radiante tarde de sábado. / A Vila Franca do Imperador, linda e risonha povoação da província de São Paulo, – como se espantava alegre e faceira em cima de sua colina aos últimos raios do sol de dezembro. / Era véspera do dia de descanso para os que verdadeiramente trabalham, de prazer para os patuscos e folgazões, missa e rezas para os padres e devotos. / Na verdade descansa-se, reza-se e diverte-se muito em todos os domingos. Mas as tardes e noites de sábado sabem muito mais do que as de domingo. Naquela espera-se pela festa, o que dizem ser o melhor dela; nesta acaba-se com ela, o que não deixa de ser triste. / Ninguém deita-se na cama mais aborrecido em um noite de domingo do que o estudante, o lente, o empregado público, o jornalista, enfim do que todo mundo – católico, bem entendido, – à exceção do soldado, do escravo e outros miseráveis, para os quais não há domingo nem dia-santo, e do imperador, do duque, do frade e outros, para os quais todo dia é dia santo” (p. 67-68).

Atraídos pelo desejo de obterem algumas roupas, ferramentas, armas e enfeites, acudiam de quando em quando ao seminário; mas no fim de um a dois meses quando muito aborreciam do trabalho, entregavam-se à sua natural indolência e, se apertavam com eles, desaparecia de novo pelas matas do rio Grande, continuando vida nômade e selvática.

[...]

Os índios não punham dificuldade alguma em se deixarem batizar, casar e receber todos os mais sacramentos da igreja; mas isso para eles era um ato sem conseqüência. No dia seguinte esqueciam seus novos nomes, e os esposos se separavam com a mesma facilidade com que largavam seus vestidos, para tomarem de nova a arasóia, e tornavam aos matos para serem tão bons adoradores de Tupã como dantes [Guimarães, 1976, p. 144-145]⁵.

Já em *Maurício*, quando o índio Antônio fica sabendo que sua amada Judaíba e seu pai Irabussú foram presos pelos portugueses, quer vingança e a liberdade deles empregando a violência se preciso fosse. Diante dessa situação, tem-se o seguinte comentário:

Este súbito desgarro do índio não deixou de causar alguma surpresa aos dois paulistas. Entretanto era mui natural essa impulsão. O homem da natureza, ainda que tenha vivido por muito tempo no estado social, nunca perde de toda a nativa rudez; tem sempre os mesmos arrojados selváticos, e não conhece recurso contra a violência, senão outra violência, a força contra a força [Guimarães, 1941, p. 159].

Já n' *O ermitão de Muquem* pode-se notar que o narrador, ao comentar a disposição do branco Gonçalves, investido agora do lugar de índio com o nome de Itajiba, em vingar a morte dos seus "irmãos" chavantes, explicita os propósitos civilizatórios que passavam a animar suas ações. Segundo ele:

5. É muito interessante perceber o quanto essa passagem evoca a mesma situação descrita pelos padres jesuítas em suas cartas a respeito dos primeiros esforços civilizatórios no século XVI (cf. Del Priore, 1986). Que Bernardo Guimarães conhecia a história dos jesuítas e de sua atuação junto aos índios é evidenciado pela referência feita anteriormente aos *discípulos de Loyola*.

Já não era só o amor de Guaraciaba o alvo único das aspirações de Itajiba, nem tampouco as solenes promessas pelas quais se ligara à nação dos Chavantes, o único motivo que o dirigia em suas ações. Considerações de outra ordem também contribuíam para retê-lo entre os selvagens, e o faziam procurar firmar cada vez mais a sua influência e prestígio entre eles. Na alma ardente e venturosa do bandido de Goiás despontavam já vistas ambiciosas e cálculos de elevação pessoal. Acorçoado pelo brilhante sucesso de suas empresas, e feliz amante, o vitorioso cabo de guerra afagava já em seu espírito projetos de dominação e de poder, e delineava nos campos do futuro com arcos e atrevidos traços os vastos planos de seu engrandecimento. Uma vez dominador da nação dos Chavantes não lhe seria difícil submeter também pela força das armas, ou mesmo por meios pacíficos e brandos, as outras tribos vizinhas das margens do Tocantins. Ele lhes ensinaria algumas das artes e ofícios mais indispensáveis, os induziria por meio persuasivos a cultivar a terra, para o que procuraria provê-los dos instrumentos próprios, a se aplicar à criação de gado, a construir habitações estáveis e mais sólidas, e enfim pouco a pouco os faria ir abandonando os grosseiros e ferozes hábitos da vida nômade e selvática pelos costumes e usanças dos povos civilizados. Tornando assim o chefe supremo de uma imensa população ativa, industriosa e guerreira, ele se tornaria temível aos fracos governos de Goiás, poderia tratar com eles como uma potência, e lhes impor as condições. Com essa espécie de catequese e organização das tribos indígenas, não só ele adquiriria grande poder e prestígio naquelas paragens, como também prestaria ao Estado um eminente serviço, do qual ele reservaria para si o direito de marcar o preço e a remuneração.

Proporria submeter ao Estado todas essas tribos assim disciplinadas, contanto que os indígenas fossem considerados como outros cidadãos e lhes fossem garantidos os direitos sociais. Outrossim lhe seria outorgado pelo governo e a direção daquelas tribos, enquanto vivo fosse, um título e jurisdição de capitão-mor, que seria transmitido a seus descendentes por morgadio.

No asso de recusa protestava continuar à testa dos mesmos índios sua vida aventureira, fazendo guerrilhas e devastadoras correrias por toda a capitania. Assim o terrível e turbulento valentão de Vila-Boa, depois de ter tornado formidável caudilho das hordas selvagens do Tocantins, aspirava agora a trocar o arco e o cocar de cacique pela farda vermelha de capitão-mor. Mas o céu lhe reservava outros destinos, senão tão brilhantes, ao menos mais santos e sublimes [Guimarães, 1955, p. 144-145].

Tal projeto civilizador já havia sido explicitado, simbolicamente, num momento anterior da história quando Itajiba, depois de pelear contra os homens brancos, saquear e levar os despojos para a tribo, oferece um presente ao chefe Oriçanga. O narrador assim se refere à entrega do presente:

Também para Oriçanga reservou Itajiba preciosos e magníficos presentes, que deslumbraram as vistas do velho cacique, se bem que nem de leve lhe fascinasse a alma afeiçoada à simplicidade e rudeza da vida selvática. Entre outros objetos ofereceu-lhe preso a uma cadeia de fino e puro ouro, um lindo relógio, do qual lhe explicou a natureza e utilidade.

– Ah! Murmurou o velho em tom merencório, agradeço-te o mimo precioso que me ofertas, e que dá uma alta idéia do artificioso desses que foram teus senhores; mas porventura o sol e a lua não têm bastado até hoje para marcar no céu o tempo que vai passando? O pouco que me resta viver, que me importa medi-lo?... Tupã, lá do alto do céu, conta os meus dias, e quando lhe aprouver ele os cortará... Mas já te compreendo, Itajiba; tu julgas, e com razão, que o tempo que ainda me resta passar sobre a terra já não pode ser contado por sóis nem por luas, mas somente por essas pequeninas porções que estão marcadas neste instrumento [idem, p. 132].

Antítese da civilidade, dela os índios participam de diversas maneiras, mesmo que de forma subalterna.

Há também a situação como a do índio Henrique, cuja história é assim descrita n’*A voz do Pagé*, no momento em que Coelho de Souza apresenta Henrique para Diogo de Mendonça:

Coelho de Souza – Permiti agora que vos apresente também este jovem indiano, que aqui vedes. Não penseis que seja ele da laia dos outros selvagens; nem é um escravo, é sim um nobre e dedicado amigo: esse columim que aí vedes salvou a vida de Elvira, e quiçá também a minha, em risco de sacrificar a sua. Podeis avaliar que estima e amizade nos merece ele.

[...]

Este belo e vigoroso selvagem, quando veio para meu poder, era ainda um columim de 5 a 6 anos. Tinha sido apreendido em lutas que tiveram os

primeiros povoadores das margens do Potengi com os índios Potiguares, que tão terríveis e indomáveis se têm mostrado naquelas paragens, nestas margens do Paraíba, e por toda extensão desta Capitania.

Mandaram-mo de mimo; mimo preciso por certo, e pelo qual eternamente lhes serei agradecido. Batizado com o nome de Henrique, e educado por mim com todo esmero, mostrou-se sempre dócil, tratável e submisso, e, por sua inteligência, vivacidade e boas qualidades, tornou-se credor da estima e distinção de todos. De selvagem só tem a cor, a força e a incrível agilidade. Henrique – (à parte)... e a sede de vingança! [Guimarães, 1914, p. 85-86].

A *sede de vingança* de Henrique demonstra a forma como ele foi interiorizando a relação com os brancos que, afinal, o capturaram e “civilizaram”, a qual transparece, num momento de fúria, nas seguintes palavras:

Henrique (julgando-se só) [...] O infame não vê em mim mais que um pajem fiel e submisso!... Insensato, que não sabe distinguir a terna submissão do amante da vil humildade do escravo!... Ignora acaso que circula em minhas veias o sangue do filho da América? Que fui amamentado à sobra das florestas com o leite da liberdade? Se o ignora, em breve o saberá [idem, p. 89].

Mas o mal-estar de Henrique não é apenas em relação ao *outro*. É, sobretudo, em relação à sua própria identidade/subjetividade. A consciência é a de não pertencimento a nenhum dos mundos sociais que o cercam – nem ao indígena nem ao do colonizador – enquanto a cobrança/sentença em relação ao seu comportamento/comprometimento vem dos dois lados⁶.

6. Veja, a seguir, como o pagé e o colonizador se referem a Henrique em momentos cruciais da história: “Pagé – Bem te compreendo, desditoso columim, que trocaste o arco e o tacape do filho das selvas pela enxada do cativeiro, que deixaste de bom grado o cocar da liberdade pelas roupas da escravidão” (p. 95). “D. de Mendonça – Aquele que era o cabeça da última insurreição era Henrique, que muitos de nós conheceram e que entre os seus se chamava Jurupema. Tinha sido aprisionado ainda criança e educado com todo o mimo pelo finado Capitão-mor; soube granjear sua estia por sua submissão, sua vivesa e suas boas qualidades, isto é, por sua refinada hipocrisia: chegou a ocasião de mostrar que era da mesma ralé dos outros seus companheiros; esse miserável traiu-nos e hoje paga com a vida o seu monstruoso

Henrique (penetrando na caverna e lançando um olhar atônito em redor).
[...] Aqui, a tais desoras, neste medonho recinto que parece o asilo das sobras dos mortos, que pretenderão comigo? Comigo que me hei tornado quase estranho a meus irmãos da floresta, que já desaprendi os rudes sons da inúbia e do maracá, e que não entendo mais a linguagem sagrada dos pajés? [...] Parece que aqui vagam manitós da vingança, com voz lúgubre, murmurando horríveis conjuros! – Ah! São bem desgraçados esses meus irmãos das florestas! São bem cruéis esses estrangeiros que assim os expõem de suas tabas, que os acoçam e perseguem de mata em mata, como as feras do deserto!... e são eles culpados por deferirem a terra de seus pais da crueldade dos invasores?... Mas que hão de fazer esses infelizes se o Deus dos brancos é mais poderoso que o nosso, se tupã mesmo parece favorecê-los emprestando-lhes o seu raio?
[...] [Guimarães, 1914, p. 93].

Mas a história de Jupira demonstra que essa não é a única forma de constituir identidades na interseção entre as culturas branca e indígena. Se “os lábios rubros, carnosos, e úmidos” de Jupira “eram como dois favos de mel da mais inefável voluptuosidade” nem de longe a personagem se parece com a virgem dos lábios de mel de Alencar. Jupira, como já se disse, filha de um branco com uma índia, participa intensamente dos dois mundos e utiliza de todos os conhecimentos e da ambigüidade de seu pertencimento para safar-se de seus problemas – como os da perseguição por outra tribo por ter matado seu pretendente –, ou dos compromissos indesejados – como do casamento orquestrado por sua mãe –, bem como para lutar com todas as armas que estão ao seu alcance para viver intensamente as suas paixões amorosas. O trágico fim da personagem sugerido pelo narrador – suicídio por meio do enforcamento – parece indicar, no entanto, que o remorso e a culpa tenham acompanhado as suas diversas artimanhas, dimensão que, no entanto, não aparece fortemente na composição da “heroína” de que aqui se trata.

Também a questão da escravidão aparece fortemente na obra literária de Bernardo Guimarães. Na verdade, todos os desafios postos ao Brasil na

crime!... Guardei sua execução mui de propósito para este dia em que entro de posse como legítimo senhor no domínio destes países, para que desde hoje fiquem eles conhecendo qual é o meu sistema de governo” (p. 139).

segunda metade do século XIX, relacionados à escravidão (cessação do tráfico, revoltas, legislação, substituição do trabalho escravo, abolição...), já apareciam com grande intensidade nas páginas d'A *Actualidade*. Em um dos textos, que sintomaticamente tem o título de "O futuro", publicado em 12 de março de 1859, e de autoria dos redatores, discute-se longamente a questão do trabalho no Brasil. Segundo os autores:

Tomado de sentimentos humanitários, guiado por uma sábia política que soube compreender os mais vitais interesses do Brasil, o gabinete de 29 de setembro de 1848 com uma tenacidade e persistência notáveis empreenderam a supressão do tráfico, comércio nefando, que infamava nosso caráter, retardava nossa civilização e enfraquecia os poderosos elementos da grandeza e prosperidades nacionais.

[...]

O Brasil não conhecia o trabalho livre, força é confessá-lo. É uma verdade que talvez pareça dura, mas que não pode ser obscurecida. Até o dia em que o tráfico foi de todo extinto, até hoje mesmo, tudo que entre nós diz respeito à agricultura tem sido feito pelo braço escravo [A *Actualidade*, 12 mar. 1859].

Essa centralidade do trabalho escravo na sociedade brasileira fez com que, com a cessação do tráfico, toda a economia nacional entrasse em crise pois a saída buscada, o incentivo à imigração, não mostrava sinais de resolver o problema. Assim, concluía dramaticamente os redatores, "não está longe o dia em que o povo invadindo a praça pública pedirá pão. [...] A fome e a bancarrota batem à porta. Sabeis o que é a fome e a bancarrota? É a revolução. Deus a aparte de nós".

Mas é sem dúvida no romance *A escrava Isaura*, já referido, que a problemática transparece com maior nitidez. Nele o autor põe em circulação uma série de representações sobre o escravo e sobre a escravidão que, como já vimos, nos situam como antítese do que seja uma sociedade civilizada. Dentre as representações do escravo, eu gostaria de chamar a atenção, em primeiro lugar, para aquela que o aproxima de um verdadeiro brinquedo ou um bicho de estimação de seus donos. Em certo momento do romance o comendador, dono de Isaura, comenta consigo mesmo:

Forte loucura! Costumava exclamar com acento de comisseração. Está aí se esmerando em criar uma formidável tafulona, que lá pelo tempo adiante há de lhe dar água pela barba. As velhas, umas dão para rezar, outras para ralhar desde a manhã até à noite, outras para levar cachorrinhos ou para criar pintos; esta deu para criar mulatinhas princesas. É um divertimento um pouco dispendioso na verdade; mas... que lhe faça bom proveito; ao menos enquanto se entretém por lá com seu embeleco, poupa-me uma dúzia de impertinentes e rabugentos sermões... Lá se avenha! [Guimarães, s.d., p. 18].

Noutra ocasião, Malvina pergunta à esposa do comendador por que ela não liberta Isaura, ao que ela responde:

– Tem razão, minha filha, respondeu bondosamente a velha; mas que quer você? [...] não tenho ânimo de soltar este passarinho que o céu me deu para me consolar e tornar mais suportáveis as pesadas e compridas horas da velhice.

– E também libertá-la para quê? Ela aqui é livre, mais livre do que eu mesma, coitada de mim, que já não tenho gostos na vida nem forças para gozar a liberdade. Quer que eu solte a minha patativa? E se ela transviar-se por aí, e nunca mais acertar com a porta da gaiola? [idem, p. 19].

Mas o escravo é, também, um objeto do qual o dono pode dispor a qualquer momento e como quiser. Tal representação pode ser percebida numa situação em que, depois de um comentário do irmão de Malvina de que Isaura poderia representar um perigo para a tranquilidade doméstica, Leôncio, filho e herdeiro do comendador, diz que “[...] Isaura é com um traste de luxo, que deve estar sempre exposto no salão. Querias que eu mandasse para a cozinha os meus espelhos de Veneza?” (idem, p. 23).

Como já vimos, a própria escravidão, como instituição, era objeto de crítica, evidentemente não apenas, nem principalmente, dos brancos. Uma das escravas companheiras de Isaura dizia:

Qual, minha gente! Ponderou a velha escrava crioula, tudo é cativo. Quem teve a desgraça de nascer cativo de um mau senhor, dê por aqui, dê por acolá, há de penar sempre. Cativo é má sina; não foi Deus que botou no mundo semelhante coisa, não; foi invenção do Diabo [idem, p. 51].

Mas, tal como acontecia com os índios, os romances de Bernardo Guimarães punham em circulação verdadeiros projetos de integração dos escravos à nação brasileira. No caso de *A escrava Isaura* tal projeto é explicitado tendo como referência o jovem Álvaro, que estudou filosofia e direito. A respeito dele, comentava-se no romance:

Alma original, cheia de grandes e generosas aspirações, aprazia-lhe mais na indagação das altas questões políticas e sociais, em sonhar brilhantes utopias, do que em estudar e interpretar leis e instituições, que pela maior parte, em sua opinião, só tinham por base erros e preconceitos os mais absurdos.

Tinha ódio a todos os privilégios e distinções sociais, e é escusado dizer que era liberal, republicano e quase socialista.

Com tais idéias Álvaro não podia deixar de ser abolicionista exaltado, e não o era só em palavras. Constituindo em escravos uma não pequena porção da herança de seus pais, tratou logo de emancipá-los todos. Como porém Álvaro tinha um espírito nimamente filantrópico, conhecendo quanto era perigoso passar bruscamente do estado de absoluta submissão para o gozo da plena liberdade, organizou para os seus libertos em uma de suas fazendas uma espécie de colônia, cuja direção confiou a um probo e zeloso administrador. Desta medida podiam resultar grandes vantagens para os libertos, para a sociedade e para o próprio Álvaro. A fazenda lhes era dada para cultivar, a título de arrendamento, e eles sujeitavam-se a uma espécie de disciplina comum, não só preservando-se de entregar-se à ociosidade, ao vício e ao crime, como tinham segura subsistência e podiam adquirir um pecúlio, como também poderiam indenizar a Álvaro o sacrifício, que fizera com sua emancipação [idem, p. 88-89].

Mas, como já vimos, não é apenas nos romances que Bernardo Guimarães se irá referir à escravidão, ou mesmo engajar-se na causa da abolição. Datado de 28 de setembro de 1882 e, ao que parece, apresentado como comemoração do aniversário da chamada Lei do Ventre Livre, o hino à lei de 28 de setembro de 1871 – *Emancipação da prole das escravas* – nos dá pistas de como o escritor lidava com a questão. À primeira vista extemporâneo, a importância do hino é redimensionada se considerarmos que apesar de saudada há mais de uma década como um

grande avanço para a causa do fim da escravidão, até aquele momento os resultados da lei eram muito inferiores àqueles desejados por seus defensores⁷.

Hino à Lei de 28 de setembro de 1871

Emancipação da prole das escravas

Quebrou-se a tremenda algema,
Que o pulso do homem prendia,
E resolveu-se um problema,
Que tanto horror infundia.
Esta data gloriosa
Em letras de ouro grava:
– Em nossa pátria formosa
Não nasce mais prole escrava.
Na terra da liberdade
Destruiu-se o jugo vil;
Onde impera a cristandade,
Não há mais raça servil.
Esta data gloriosa, etc.
Graças ao sábio Monarca,
Da nação chefe eminente,
Não há mais do escravo a marca
No Brasil independente.
Esta data gloriosa, etc.
De Rio Branco à memória
Rendamos eterno culto;
Ergam-se hosanas de glória
A seu venerando vulto.
Esta data gloriosa, etc.
Ao Estadista eminente
Erga a pátria este padrão:

7. Ver a esse respeito o brilhante trabalho de Sidney Chalhoub (2003), *Machado de Assis historiador*.

– No Brasil independente
Extirpou a escravidão
Esta data gloriosa, etc.
Destruiu cruel vexame,
Que tanto nos humilhava;
Apagou labéu infame,
Que a fonte nos malsinava.
Esta data gloriosa, etc.
Da liberdade ao ruído,
Ante a nova geração,
É uma voz sem sentido
A palavra – escravidão.
Esta data gloriosa, etc.
Não mais nascerão escravos
Sobre o solo brasileiro;
Não mancha a terra dos bravos
O estigma do cativoiro.
Esta data gloriosa
Em letras de ouro grava:
– Em nossa pátria formosa
Não nasce mais prole escrava.

O poema, ao mesmo tempo em que faz loas a Rio Branco e ao monarca, dá-nos indícios de uma aposta na emancipação lenta, gradual e segura já que não faz nenhuma referência à necessidade de uma abolição imediata da escravidão no país⁸. Na verdade, mesmo considerando a condenação moral, religiosa e política ao cativoiro, parece-nos que ao longo não apenas de sua produção literária, mas também n’*A Actualidade*⁹, Bernardo Guimarães ou seus personagens insistem em manter uma

-
8. Note-se, ademais, que o próprio Bernardo Guimarães, quando jovem estudante da Faculdade de Direito em São Paulo, possuía um escravo, o qual foi posto a trabalhar como escravo de ganho.
 9. Aliás, *A Actualidade* publicava alguns textos cujo teor denunciava arraigada posição escravista. Veja-se, por exemplo, um pequeno excerto da matéria “Agricultura em Minas VI – os escravos e os libertos”, publicada em 2 de julho de 1859: “A imagi-

posição ambígua a respeito do tema, ora defendendo a adoção de uma abolição imediata e de projetos de incorporação dos ex-escravos à vida da nação, como vimos n' *A escrava Isaura*, ora apostando numa liberação gradual dos cativos, como no poema anterior.

Finalmente, um conjunto de questões candentes do século XIX relacionado à ilustração, à ciência e ao Iluminismo está marcadamente presente em toda a produção de Bernardo Guimarães. A questão está presente, inicialmente, no poema “O devanear do céptico”, de 1852 (Guimarães, 1959). O poema é um grande lamento à saída da ingenuidade pela utilização da razão e pela descoberta da dúvida. A ciência, aqui, é tida como um veneno que traz a incerteza e a impossibilidade, depois de provada a sua taça, da tranqüilidade. Dizia o poeta:

Oh! feliz quadra aquela, em que eu dormia
 Embalado em meu sono descuidoso
 No tranqüilo regaço da ignorância;
 Em que minh' alma, como fonte límpida
 Dos ventos resguardada em quieto abrigo,
 Da fé os raios puros refletia!
 Mas num dia fatal encosto à boca
 A taça da ciência; – senti sede
 Inextinguível a crestar-me os lábios;

nação de nossos filantropos pinta sempre o senhor armado de azorrague, e o escravo como uma vítima, que consome sua existência em trabalhos exorbitantes, entregue a fome e a nudez. / O escravo nasce livre das mãos da natureza, segundo o contrato social de Rousseau, e medita dia e noite na reivindicação de sua liberdade. / Eis o tema favorito de tantas declamações exageradas, e estéreis, que diariamente estamos ouvindo. E, com efeito, que assunto inesgotável para os que gostam de dissertar sobre lugares comum e questões de nome. / Quanto a mim, o senhor e o escravo são vitimais mutuamente, e é o senhor sem dúvida quem mais sensivelmente carrega com as suas conseqüências desse estado de cousas. / O escravo do fazendeiro nesta província tem uma alimentação que faria inveja as classes indigentes da Europa, e a muita gente livre que vive nas nossas velhas cidades. Para convencer-mos desta verdade basta conhecer o caráter bondoso de nossos agricultores, seu espírito religioso, o interesse que tem eles na conservação e saúde de seus escravos, o nenhum proveito que ganhariam em subtrair-lhes parte da alimentação, e a abundancia que reina em todas as fazendas” [*A Actualidade*, 2 jul. 1859].

Traguei-a toda inteira, – mas encontro
Por fim travor de fel; – era veneno,
Que no fundo continha, – era incerteza!
Oh! desde então o espírito da dúvida
Como abutre sinistro, de contínuo
Me paira sobre o espírito, e lhe entorna
Das turvas asas a fúnebre sombra!
De eterna maldição era bem digno
Quem primeiro tocou com mão sacrílega
Da ciência na árvore vedada,
E nos legou seus venenosos frutos.
Mais à frente ele continuava afirmando:
Dúvida – eis a palavra que eu encontro
Escrita em toda a parte; – ela na terra,
E no livro dos céus vejo cravada,
É ela que a harmonia das esferas
Estoa sem cessar a meus ouvidos.
[...]
Filosofia, dom mesquinho e frágil,
Farol enganador de escasso lume,
Tu só geras um pálido crepúsculo,
Onde firmam fantasmas nebulosos,
Dúbias visões, que o espírito desvairam
Num caos de intermináveis conjeturas.
Despedaça essas páginas inúteis,
Triste apanágio da fraqueza humana,
Em vez de luz, amontoando sombras
No santuário augusto da verdade.
Uma palavra só talvez bastara
Para saciar de luz meu pensamento;
Essa ninguém a sabe sobre a terra!

Já no poema “Dilúvio de papel” (Guimarães, 1959), cujo título, não por acaso, vem seguido do esclarecimento “Sonho de um jornalista poeta”, não é apenas a razão como elemento esclarecedor e confortador do homem que é posta em dúvida pelo poeta; também o é uma das principais

formas de colocá-la em circulação: o impresso. Nesse poema, possivelmente escrito entre 1859 e 1860, época em que Bernardo Guimarães trabalhava no jornal *A Actualidade*, no Rio de Janeiro, o autor faz, talvez, uma das críticas mais contundentes à cultura que se respirava naquela segunda metade dos XIX que se iniciava. Familiarizado com os jornais e com a prática jornalística que, desde há muito, prometia ilustrar e educar o povo, o poeta acaba por chamar a atenção, ao cabo, para o quanto parecia ser efêmera tal promessa, apesar da infinidade das publicações. Inicialmente, afirma à musa que abandonara a poesia porque:

Esse ofício, que ensinas, já não presta;
 Vai tocar tua lira em outras partes;
 Que aqui nestas paragens só têm voga
 Comércio, indústria e arte [Guimarães, 1959, p. 114].

E a musa, por sua vez, o castiga enviando um estranho castigo: um dilúvio de papel, que castiga o mundo e ameaça o poeta que, vendo-o crescer cada vez mais, assim o descreve:

E através das ondas, que recrescem
 A cada instante, e os ares escurecem
 De Mercantis, Correios e Jornais,
 De Ecos do Sul, do Norte, de Revistas,
 De Diários Constitucionais,
 De Coalizões, de Ligas Progressistas,
 De Opiniões, Imprensas, Nacionais,
 De Novelistas, Crenças, Monarquistas,
 De mil Estrelas, Íris, Liberdades,
 De mil Situações, e Atualidades;
 Através das Gazetas de mil cores,
 De Correios de todos os países,
 De Crônicas de todos os valores,
 De Opiniões de todos os matizes,
 De Ordens, Épocas, Nautas, Liberais,
 De Estrelas do Norte, e outros que tais... [Guimarães, 1959, p. 118].

E continua:

Para a triste humanidade
Não resta mais esperança;
O dilúvio cresce, e avança,
Leva tudo a tropel!...
Já imensa papelada
As terras e os mares coalha;
Já o globo se amortalha
Em camada de papel.
Mas sobre elas resvalando
Vai jogando meu batel

Pobre idade testemunha
Desta pavorosa cheia
Que dos tempos na cadeia
Vê quebrar-se o extremo anel!...
Oh! século dezenove,
Ó tu, que tanto reluzes,
És o século das luzes,
Ou século do papel?!... [Guimarães, 1959, p. 122].

No sonho do poeta, os jornais, que tanto prometiam iluminar, como se pode notar pelos próprios nomes postos a desfilar por Bernardo Guimarães, bem ao espírito de um século das luzes nos trópicos, mostravam-se, nada mais nada menos, do que uma grande ameaça para a *triste humanidade*.

Também no que se refere à religião, o autor traz para dentro de sua obra toda a tensão que marca as discussões no momento em que escreve. Uma das maneiras como os romances enfocam o tema a partir das situações relacionadas às superstições. Assim, ao longo de todo o romance *O seminarista* a heroína Margarida será perseguida pelo fantasma das superstições da mãe de Eugênio em razão de uma situação colocada logo no início da história. Trata-se de quando, ainda muito pequena, Margarida, tendo-se afastado de perto dos adultos, foi encontrada com uma cobra à sua volta numa cena assim descrita pelo narrador:

A pequena Margarida, apenas na idade de dois anos, estando a brincar no quintal, desgarrou-se por um momento da companhia da rapariga que a vigiava, e da de seu camarada de infância. Quando este deu pela falta e foi procurá-la, encontrou-a assentada na relva junto de uma fonte a brincar... com que, Santo Deus!... a brincar com uma formidável e truculenta jararaca. A cobra enrolava-se em anéis em volta da criança, lambia-lhe os pés e as mãos com a rubra e farpada língua, e dava-lhe beijos nas faces. A menina a afagava sorrindo, e dava-lhe pequenas pancadas com um pauzinho que tinha na mão, sem que o hediondo animal se irritasse e lhe fizesse a mínima ofensa. Se o Gênesis não nos apresentasse esse terrível réptil como cheio de astúcia e malícia seduzindo a primeira mãe da humanidade e fazendo-a perder para si e para toda a sua descendência as delícias do paraíso terreal, dir-se-ia que até a serpente tem seus impulsos generosos e também sabe respeitar a fraqueza e a inocência da infância [Guimarães, 1955, p. 15].

A essa situação, as mães das crianças (Umbelina/Margarida e a senhora Antunes/Eugênio) reagirão de maneira muito diferenciada:

Umbelina via nele um milagre, pelo qual dava infinitas graças ao céu apertando nos braços a filhinha que, como ela dizia, tinha nascido naquele dia. A mulher de Antunes porém, que tinha o espírito propenso a acreditar em superstições e agouros, teimava em ver naquilo um sinistro prenúncio, que ela mesma não sabia explicar [idem, p. 17].

É interessante notar que, no romance, a superstição é por assim dizer distribuída igualmente pelo conjunto da população e não é, como o demonstra a passagem anterior, uma crença das pessoas pobres. Talvez seja isso que faça com que no romance *Maurício*, num determinado momento da história, quando os portugueses queriam prender o índio Irabussú para dele saber o local de uma rica mina e, assustados, pois pensam que ele se havia transformado em gato, chamam-no de duende, de bruxo e de outros adjetivos, o narrador comente ironicamente: “Estou certo que o leitor não será tão simples e crédulo como aqueles bons campônios de Portugal, que tanto acreditavam em bruxarias e visões sobrenaturais...” (Guimarães, 1941, p. 138).

Uma das indagações que parecem animar Bernardo Guimarães é sobre a possibilidade de compatibilizar a ilustração com as verdades e práticas religiosas. Na introdução ao *O ermitão de Muquém*, ao falar da prática das romarias e das capelas existentes para onde os romeiros sistematicamente se dirigiam, o narrador chamava a atenção para o fato de que:

Os filósofos do século, os apóstolos da descrença riem-se com desdém dessas ingênuas e tocantes crenças do povo. Todavia seus engenhosos raciocínio, seus sistemas transcendentés, não podem substituir essa fé viva e singela, que alenta e consola o homem do povo nos trabalhosos caminhos da vida. Embora envolvida no cortejo de mil superstições grosseiras, de mil tradições absurdas, deixemos-lhe essa fé, que o acompanha desde o berço, que bebeu com o leite materno, e que o consola em sua hora extrema. Seja embora um erro, é um erro consolador, que em nada prejudica ao indivíduo nem à sociedade; a esses filósofos poderíamos responder parodiando aqueles versos que Camões põe na boca de Adamastor:

E o que vos custa tê-los nesse engano
Ou seja sombra, ou nuvens, sonho ou nada?... [Guimarães, 1955, p. 260].

Vê-se que, sem deixar de conceber tais práticas como *superstições grosseiras, de mil tradições absurdas* e como um grande erro, ressalta-se o papel dessa fé, aprendida desde o berço, para o consolo do crente, animando-o nos *trabalhosos caminhos da vida*. Nesse sentido, a crítica dirigida aos filósofos não poderia deixar de ser mais contundente: o que as suas críticas à religião do povo poderia oferecer a esse mesmo povo como consolo?

No entanto, se havia uma indulgência para com as práticas religiosas do povo, nem sempre acontecia o mesmo com a Igreja. Também em suas poesias satíricas os religiosos apareciam de forma muito pouco elogiosa. Veja-se, por exemplo, o poema “A orgia dos duendes” (Guimarães, 1992, p. 31-41). Nesse poema o autor relata uma estranha “reunião” que acontece à meia-noite em uma floresta. Sua primeira estrofe diz o seguinte:

Meia-noite soou na floresta
No relógio de sino de pau;
E a velhinha, rainha da festa,
Se assentou sobre o grande jirau.

A seguir o poeta vai nomeando quem chega: o *Lobisomem*, a *Taturana*, a *Getirana*, a *Mamangava*, o *Galo preto*, a *Mula-sem-cabeça* e vários outros interessantes convidados. Após a chegada de todos, cada um se apresenta. Vejamos algumas das apresentações em que os religiosos são citados:

Taturana
Dos prazeres de amor as primícias
Do meu pai entre os braços gozei;
E de amor as extremas delícias
Deu-me um filho, que dele gerei.

Mas se minha fraqueza foi tanta
De um convento fui freira professora;
Onde morte morri de uma santa;
Vejam lá, que tal foi exata peça.

Getirana
Por conselho de um cônego abade,
Dous maridos na cova soquei;
E depois por amores de um frade
Ao suplício o abade arrastei.
[...]

Galo preto
Como frade de um santo convento
Este gordo toutiço criei;
E de linda donzelas um cento
No altar da luxúria imolei.

Mas na vida beata de ascético
Mui contrito rezei, jejuei,
Té que um dia de ataque apoplético
Nos abismos do inferno estourei.
[...]

Mula-sem-cabeça
Por um bispo eu morria de amores
Que afinal meus extremos pagou
Meu marido, fervendo em furores
De ciúmes, o bispo matou.
[...]

Crocodilo
Eu fui papa; e aos meus inimigos
Para o inferno mandei c'um aceno;
E também por servir aos amigos
Té nas hóstias botava veneno.

De princesas cruéis e devassas
Fui na terra constante patrono;
Por gozar de seus mimos e graças
Opiei aos maridos em sono.

Eu na terra vigário de Cristo,
Que nas mãos tinha a chave do céu,
Eis que um dia de um golpe imprevisto
Nos infernos caí de boléu.

Pode-se notar que de diversas formas as terríveis criaturas da estranha reunião, quando em vida, haviam participado diretamente das estruturas da Igreja católica e, sobretudo, que suas práticas não eram nem um pouco condizentes com a moral católica. Como se vê, aos olhos do poeta, da *freira professa* ao *papa* passando pelo *frade* e pelo *bispo*, o comportamento social do clero não parecia ser muito recomendável!!!

Assim, da imensa galeria de personagens, paisagens, dramas e tramas do Brasil oitocentista produzidos nas histórias de Bernardo Guimarães, fui recortando e compondo uma outra narrativa de modo que desse a ver/ler uma obra de inesgotável riqueza de sentidos e significados. Assim operando, espero ter possibilitado ao leitor o contato com um pouco daquilo que o escritor mineiro produziu e, sobretudo, ter mostrado um autor atento à história de seu tempo e reflexivo sobre a experiência de sua gente.

Referências bibliográficas

A *ACTUALIDADE*, Rio de Janeiro, 12 mar. 1859 [Acervo da Biblioteca Nacional].

_____. Agricultura em Minas VI – os escravos e os libertos. Rio de Janeiro, 2 jul. 1859 [Acervo da Biblioteca Nacional].

ALVES, Rubem. *O suspiro dos oprimidos*. São Paulo: Paulinas, 1984.

AMORA, João Soares. *O romantismo*. 3. ed. v. 3. São Paulo: Cultrix, 1969 [col. A literatura brasileira, v. II].

CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2000.

CASTRO, E. B. Viveiros de; ARAÚJO, Ricardo B. de. Romeu e Julieta e a origem do Estado. In: VELHO, Gilberto (org.). *Arte e sociedade: ensaios de sociologia da arte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 130-169.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petropólis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

_____.; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (orgs.). *A história contada: capítulos de história social da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHARTIER, Roger. *A história cultural*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1990.

COELHO, Nely Novaes. *Sertanismo e regionalismo: Bernardo Guimarães. A ficção mineira de Bernardo Guimarães aos primeiros modernistas*. In: SEMINÁRIO JOÃO

ALPHONSUS, Belo Horizonte, 1982. *Anais...* Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1982.

COUTINHO, Afrânio (dir.). *A literatura brasileira*. V. I, t. 2. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1955.

DEL PRIORE, Mary. O papel branco, a infância e os Jesuítas na Colônia. In: _____ (org.). *História da criança no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1986.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a história da educação. In: _____ (org.). *Educação, modernidade e civilização*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

_____. Estado, cultura e escolarização em Minas Gerais no século XIX. In: VIDAL, Diana G.; SOUZA, Maria Cecília C. C. de. (orgs.). *A memória e a sombra: a escola brasileira entre o Império e a República*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

FIÚZA, Rubens. *Do São Francisco ao Indaiá – história estórias de Dores do Indaiá*. Belo Horizonte: s.ed., 2003.

FRANCO, Maria S. de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3. ed. São Paulo: Kairós, 1983.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Problematizando fontes em história da educação. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 99-120, jul./dez. 1996.

GUIMARÃES, Bernardo. A voz do Pagé. In: CRUZ, Dilermano. *Bernardo Guimarães (Perfil bio-bibliográfico)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1914.

_____. *Maurício ou Os paulistas em São João del-Rei*. Rio de Janeiro: F Briguiet & Cia Ed., 1941 [1. ed. 1877].

_____. *O ermitão de Muquem. O garimpeiro*. São Paulo: Livraria Marins Ed., 1955 [1. ed. 1869 e 1872, respectivamente].

_____. *Poesias completas*. Rio de Janeiro: INL, 1959 [org. Alphonsus de Guimarães Filho; 1. ed. 1852-1883].

_____. *História e tradições de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976 [1. ed. 1872].

_____. *Poesia erótica e satírica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992 [org. Duda Machado; 1. ed. 1852-1883].

_____. *O seminarista*. 22. ed. São Paulo: Ática, 1995 [1. ed. 1872].

_____. *A escrava Isaura*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d. [1. ed. 1875].

_____. *O índio Afonso*. Rio de Janeiro: Garnier, s.d.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização ns trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de ua história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1984.

IANNI, Octávio. Sociologia e literatura. In: SEGATO, José Antônio; BALDAN, Ude. *Sociedade e literatura no Brasil*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

JOBIM, José Luís (org.). *Introdução ao romantismo*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.

LAMEGO, Valéria. Retrato de senhora: a imagem da mulher brasileira na pintura e literatura do século XIX. In: VIANNA, Lúcia Helena (org.). *Mulher e literatura*. IV Seminário Nacional, *Anais...* Niterói, 1991.

LEENHART, Jacques; PASAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

LIMA, Luiz Costa. *Sociedade e discurso ficcional*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

_____. *Aguarrás do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

_____. *Pensando nos trópicos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

LOPES, Eliane Marta T. História da educação e literatura: algumas idéias e notas. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 27, p. 35-46, jul. 1998.

MATTOS, Ilmar H. *Tempos de Saquarema*. 2. ed. Rio de Janeiro: Acces, 1994.

NUNES, Clarice. Um projeto de interpretação para a pesquisa em história da educação. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 124, p. 35-54, 1996.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia. *Nísia Floresta, O Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

Endereço para correspondência:
Luciano Mendes de Faria Filho
Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação
Av. Antônio Carlos, 6.627
Pampulha – Belo Horizonte-MG
CEP 31270-901
E-mail: lucianom@ufmg.br

Recebido em: 4 dez. 2006

Aprovado em: 27 ago. 2007